



Comunicação COVID19

Ponto de situação 6 de Maio

Quarta, 6 de Maio de 2020

INFETADOS CONFIRMADOS

26.182 CASOS DE COVID-19

MAIS 480 CASOS DO QUE ONTEM

NÚMERO DE INFETADOS SUBIU 1,86 %



ÓBITOS

1.089 VÍTIMAS MORTAIS

MAIS 15 VÍTIMAS MORTAIS (+1,39%)

NORTE-623

CENTRO-213

LISBOA E VALE DO TEJO-226

ALENTEJO-1

ALGARVE-13

AÇORES-13

MADEIRA-0

2.076 CASOS DE RECUPERAÇÃO

2.492 AGUARDAM RESULTADOS

262.041 CASOS SUSPEITOS DESDE 1 DE JANEIRO

838 INTERNADOS (3,2%) / 136 UCI (0,51%)



UE/Previsões:

Bruxelas estima
contração recorde
de 7,7% na zona
euro em 2020.

UE/Previsões: Défice
português nos 6,5%
e dívida de 131,6%
do PIB em 2020 –
Bruxelas.

UE/Previsões:
Bruxelas prevê
recessão de 6,8% e
desemprego nos
9,7% em Portugal.

Emissões de CO2
recuam 4,3% na UE
e 8,7% em Portugal,
em 2019 – Eurostat

**Objetivos na área
do ambiente são
para manter –
Ministério**



MANCHETES, DESTAQUES E PRIMEIRAS PÁGINAS DA IMPRENSA



Governo admite dividir turmas e cortar aulas para reforçar segurança.

Ministra da Saúde vai tornar públicos contratos por ajuste direto. Juízes contra mudança da lei para a violência doméstica. Azeredo Lopes podia ter sabido de Tancos, mas isso não seria crime. Empresa de brindes vende 14 milhões de euros em máscaras e batas em semanas. **(Online)**– Alunos do secundário sem intervalos fora das salas de aula. Governo quer manter em teletrabalho um quarto dos atuais 68 mil funcionários públicos neste regime. Metade dos portugueses ficou em casa no primeiro dia de desconfinamento. Na segunda-feira 49,6% portugueses permaneceram em casa. No 1.º de Maio esse valor era de 64%. Lojas de retalho e restaurantes querem rendas variáveis nos próximos meses. Juízes arrasam planos do Governo para a violência doméstica. Áustria põe em marcha aliança de “países inteligentes” a lutar contra a covid-19.



(Online) Médicos sem descanso. Contratação não chega para necessidades da pandemia.

No dia em que a D. Clara voltou houve festa no Lar de S. José. Isabel Jonet: "Mais do que donativos, as empresas devem esforçar-se por manter os empregos". Fundo europeu de recuperação é urgente, mas já derrapou para meio de maio. Máscara, distâncias e vigilância: as medidas para redescobrir a escola. China. Diplomacia do Lobo Guerreiro na resposta aos ataques dos EUA. Criatividade. O prato do dia à mesa dos chefs não chega para garantir a sobrevivência do negócio.



Burlas bancárias disparam na quarentena – PSP e GNR recebem 411 queixas desde o início do ano por golpes com MB Way . Vírus agrava resposta dos hospitais. Avós e netos prontos para o abraço. Regresso

às aulas. Um aluno por secretária nos 11º e 12º anos. Proibidos grupos com mais de dez pessoas na praia. Advogados e magistrados contra telejustiça. Empresas chumbam medidas do estado. Imigrante é a vítima mais jovem da Covid-19. Futebolistas só tiram máscara para jogar. Máfia do Sangue. Ivo Rosa fica com caso de patrão de José Sócrates. Banca. Espanhóis querem desconto no Eurobic.



Governo aprova mais apoios para quem não desconta e a recibos verdes. Garantia de ajuda a troco de período de fidelização dos trabalhadores informais. Novas medidas também abrangem desempregados e sócios-gerentes. Proteção Civil de Santarém

pede cerco a Fátima. Autarcas do Norte arrasam decisões da TAP. 150 milhões de ajustes diretos na pandemia. Escola volta com turmas divididas e intervalo na sala. Maioria dos clubes aceita jogar em casa emprestada. Arbitragem. José Leirós desafia Fontelas Gomes.



DGS já gastou mais de 100 milhões de euros. Sindicato dos médicos exige comissão independente para avaliar resposta à pandemia. Teletrabalho. Ferro cria abono para suprir perda de

subsídio de refeição. Desesperados por uma bebida em tempos de pandemia. Vacinas caíram para metade em abril. Quebra maior na região Norte. Função pública. Governo admite falhar aumentos salariais para 2021. A vida do médico que inventou a higiene das mãos.



Contratos de arrendamento blindados até 30 de setembro. Governo avança com medidas para reabrir exportações. Parlamento prepara reforço da proteção dos sócios-gerentes. Economia bateu no fundo?

Talvez, mas a crise ainda está no início **(Online) População empregada tem a maior quebra desde 2013. Há menos 41,7 mil pessoas a trabalhar do que no final do ano passado.** Quatro dias depois da sua publicação, o governo veio esta terça-feira alterar o decreto-lei que estabelece um "regime excecional de proteção" aos doentes crónicos retirando da lista os diabéticos e hipertensos. Comissão falha apresentação do plano de recuperação da EU. A China Eastern Airlines ultrapassou

a Southwest Airlines como a maior companhia aérea do mundo em número de lugares.



(Edição)- Comissão Europeia vê PIB a cair 6,8% em 2020.

Portugal cresce 5,8% em 2021. Grécia, Espanha e Itália com quedas de mais de 9% em 2020. Portugal entre os que menos vão crescer em 2021. Plafond dos seguros de crédito vai aumentar em mil milhões. Linhas de crédito Covid-19 receberam mais de 43 mil candidaturas. Já esgotaram mais duas linhas. Banqueiros ganharam menos em 2019. Receberam 3,5 milhões de euros. Segurança Social está a levar 16 dias para aprovar pedidos de lay-off, garante o Governo. Em cinco dias, 30 mil pais pediram apoio para ficarem em casa. Menos 79 mil do que em abril. Hipertensos e diabéticos excluídos do regime excecional de proteção. Precários do Estado sentem-se prejudicados por atraso no programa de regularização. BCE continua “plenamente empenhado” na compra de dívida, apesar da deliberação do Tribunal Constitucional alemão.



(Online) Bruxelas vê PIB português a contrair 6,8% este ano,

com “dependência” do turismo a pesar. Desemprego em Portugal deverá disparar para 9,5% em 2020, prevê a Comissão Europeia. Ministros e deputados “furam” obrigatoriedade de utilizar sempre máscara na Assembleia da República. 11.º e 12.º regressam à escola com horários desfasados entre turmas e aulas seguidas. BCE garante que se mantém “plenamente comprometido” com programa de compra de dívida. Pela primeira vez em 35 anos, Portugal não produziu eletricidade a carvão durante um mês. Há mais de 20 anos que não se consumia tão pouca eletricidade em Portugal.



(Online)- Recessão de 6,8%, défice de 6,5% e a sombra do

turismo. Governo quer manter remoto 25% do pessoal em teletrabalho. Recém-nomeados inspetores da ACT colocados a centenas de quilómetros de casa. Maioria das empresas quer continuar em teletrabalho. Reembolsos já processados ascendem a 502 milhões.

Voos 50% mais caros com obrigação de deixar lugares vagos. Função pública. É "premature" pensar em aumentos em 2021. Alexandra Leitão.

OBSERVADOR

(Online)- Remdesivir pode ser usado em Portugal. É solução?

Champalimaud lidera consórcio internacional. 12 conselhos para jantares com família ou amigos. A DGS diz que jantares em casa com amigos ou familiares já são possíveis, mas com "cuidados extra" para evitar uma "segunda vaga". Que cuidados podem ser esses? Reunimos conselhos de especialistas. O guia oficial para a reabertura das escolas. O Governo publicou esta terça-feira as regras detalhadas que explicam como vai ser feito o regresso às aulas a partir de 18 de maio — e também sobre como as escolas devem ser desinfetadas. Trump diz que já é altura de reabrir as empresas. Afinal, quando é que a Covid-19 chegou à Europa? Uma banca de sushi num supermercado nos arredores de Paris pode ter estado na origem da primeira infeção por Covid-19 em França, quatro dias antes da OMS ter sido informada do surto em Wuhan. Migrantes foram testados e não voltam ao hostel.

E
SEMANÁRIO
& DIÁRIO

(Online) O PSD faz 46 anos à procura de se reencontrar com o poder.

Covid-19. PS quer blindar contratos de arrendamento até setembro. Como Marcelo (mais apagado) gere as "subtilezas" para viver em "harmonia" com Costa. Empresa de ex-líder da associação de farmácias faz ajuste direto de €9 milhões com o Estado. Ir à praia em tempos de covid-19: até seis pessoas por chapéu de sol, ajuntamentos no máximo de 10 pessoas. Se alunos não frequentarem as aulas presenciais podem não ter ensino à distância. DGS confirma queda na taxa de vacinação e deixa um apelo: "Marquem as vacinas". Bruxelas não revela ainda orçamento, mas vai apresentar previsões sobre a recessão. Segurança Social volta a falhar prazos. "Milhares de empresários" esperam dinheiro dos lay-offs. Metade das companhias aéreas podem desaparecer, garante dirigente da IATA. Hackers que atacaram EDP destroem senhas e revelam documentos da empresa. 47D11. Cientistas holandeses criam anticorpo que pode travar a covid-19. PSD diz que 1º de Maio mostrou que há "portugueses premium". Eduardo Cabrita rejeita críticas. Assistentes operacionais,

a classe esquecida no combate à covid-19: “Não queremos ser heróis. O que dói é tirarem-nos da equação”.



Fronteiras terrestres com Espanha continuam fechadas depois de 14 de maio. Pandemia já matou mais de 254 mil pessoas. Vacinas caíram para um terço na região Norte e 40% no resto do país.



(Online)– Bruxelas estima recessão de 6,8% em Portugal este ano. E o desemprego?

SÁBADO

12 horas na unidade de cuidados intensivos do Hospital Curry Cabral. Secundário: como vai ser o regresso (e os problemas que se colocam). Coronavírus: morreu a primeira pessoa com menos de 30 anos em Portugal. Covid-19: Hipertensos e diabéticos deixam de ter as faltas ao trabalho justificadas. Como Hong Kong conteve a segunda vaga de covid-19.

VISÃO

Covid-19: Como o plasma de doentes recuperados pode ajudar a tirar infetados dos cuidados intensivos. Covid-19: O que muda no apoio às famílias durante o estado de calamidade. Covid-19: Farmacêutica suíça Roche anuncia teste serológico com 100% de sensibilidade. Covid-19: Como funcionam as cabines de desinfeção de corpo inteiro do aeroporto de Hong Kong. Covid-19: o estranho caso dos doentes que se sentem bem, mas estão em risco de vida. Covid-19: Depois de dois meses sem utilização, a água dos edifícios fechados pode representar perigo para a saúde pública. Os hospitais de São João e Santo António, no Porto, e o Curry Cabral, em Lisboa, foram já autorizados a usar o medicamento ainda experimental – o Remdesivir – que o Instituto Nacional de Alergia e Doenças Infeciosas dos EUA diz ter demonstrado “dados positivos” na recuperação de doentes graves e ao qual os EUA atribuíram, há dias, uma “autorização de emergência”



Covid-19: Realização do inquérito serológico nacional. O Instituto Nacional de Saúde Ricardo Jorge acredita que na segunda quinzena de junho vai ser possível saber qual a percentagem da população portuguesa que está imune ao novo coronavírus. Subsídio de

desemprego para quem não desconta para a Segurança Social. Mais medidas de apoio social. Rede de emergência alimentar lança nova campanha de recolha de fundos. Atividades circenses sem apoios da cultura.



Apoios para sócios gerentes de microempresas desempregados e trabalhadores independentes - Tiago Antunes.

Uma em cada três empresas da hotelaria e restauração não pagou salários em abril. Escolas poderão contratar novos professores. PSA começa hoje a retomar a sua produção. Reabertura gradual das atividades na Alemanha. Origem do novo coronavírus. O Pentágono conclui que os Estados Unidos não sabem onde surgiu novo coronavírus. O chefe do estado-maior das Forças Armadas norte-americanas diz que não há provas conclusivas sobre a origem do surto. Regresso do campeonato alemão de futebol.



Regresso às aulas presenciais. Regresso a Bundesliga- 21 de maio. Subsídio de desemprego específico para quem não desconta para a Segurança Social. Suspensão de denúncias de contratos de arrendamento. Covid-19 em Guimarães. Fátima sem peregrinos.



6 de maio - Dia Nacional do Azulejo

A PANDEMIA NA EUROPA E NO MUNDO

- ❑ Mais de 250 mil mortos e mais de 3,5 milhões de infectados em todo Mundo.
- ❑ Número diário de mortes sobe para 244 em **ESPAÑA**. Total de 25.857 óbitos.
- ❑ Em **ITÁLIA**, de acordo com os dados mais recentes, foram já contabilizados 29.315 mortos e mais de 213 mil casos.
- ❑ **FRANÇA** ultrapassa os 25.500 mortos.
- ❑ **ALEMANHA** com quase mil novos casos e anuncia novo relaxamento das restrições. Total de 6.996 vítimas mortais.
- ❑ **REINO UNIDO supera Itália e é o país europeu com mais mortes**. Total de 29.427 óbitos.
- ❑ **ESTADOS UNIDOS** com 2.333 mortos nas últimas 24 horas. Total de 71.022 vítimas mortais. Mais 1.700 mortos em centros geriátricos no **ESTADO DE NOVA IORQUE**.
- ❑ **BRASIL** registou 600 mortes nas últimas 24 horas, o maior número diário de óbitos. O país conta agora com 7.921 vítimas mortais.
- ❑ Número de mortos em **ÁFRICA** sobe para 1.959 em mais de 49 mil casos.
- ❑ **BÉLGICA** regista 272 novos casos e inverte tendência em baixa.
- ❑ CHINA sem mortos há três semanas e apenas um infectado nas últimas 24 horas.
- ❑ **RÚSSIA** regista mais de 10 mil novos casos pelo terceiro dia consecutivo.
- ❑ **ÁUSTRIA** supera primeira fase de desconfinamento, sem aumento de contágios
- ❑ **SINGAPURA** ultrapassa os 20 mil casos. Condições de migrantes aceleram crescimento da pandemia.



FRASES DO DIA

- " **"Segurança Social tem mostrado que é essencial"**, António Costa, Primeiro-ministro.
- **"Este é o momento de esses cidadãos porem termo à informalidade e formalizaram a sua participação na Segurança Social. Venham para a Segurança Social, estamos cá para os acolher, dando-lhes apoio. Não queremos deixar ninguém para trás ao longo desta crise"**, António Costa, Primeiro-ministro.
- **"Não há aqui nenhum motivo para não sermos totalmente transparentes naquilo que comprámos e a quem comprámos"**, Marta Temido, Ministra da Saúde.
- **"Se soubermos vencer a última crise à esquerda, creio que saberemos vencer esta crise à esquerda"**, Tiago Antunes, Secretário de Estado adjunto do Primeiro-Ministro.
- **"O ministro da Educação não perguntou nada a ninguém. Acha-se o supassumo de tudo"**, Mário Nogueira, FENPROF.
- **"A cooperação entre organismos do Estado não era evidente e geravam-se entropias, que bloqueavam a adoção de soluções com a celeridade que uma situação de emergência determinava. As coisas têm vindo a**

melhorar", Manuel Machado, Presidente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses.

- **"Olhos abertos amigos, a nossa vida é demasiado preciosa para ouvirmos vozes de burros... isto se queremos chegar ao céu".** Ricardo Quaresma, futebolista, sobre André Ventura.
- **"Más notícias: milagres, não temos! Queremos mais justiça (isto é mais julgamentos na sala de audiências, com as pessoas presentes) com menos segurança (isto é, mais riscos para a saúde de todos), ou queremos privilegiar a segurança, adiando a justiça mais tempo?"** Manuel Soares, Presidente da Direção da Associação Sindical dos Juízes Portugueses.



ARTIGOS SELECIONADOS

AO AR LIVRE, COM DISTÂNCIA E CAUTELAS COM IDOSOS.

12 CONSELHOS PARA OS JANTARES DE FAMÍLIA OU COM AMIGOS

Nenhum dos conselhos pode garantir, com total certeza, que o contágio não acontece. Ainda assim, com alguma disciplina, o risco pode ser mais diminuto. A ideia base é clara: jantares e almoços com família e amigos em casa podem, pela lei, ser retomados, mas nunca da forma como aconteciam antes. E alguns dos cuidados começam ainda na decisão de ir ou não ir. Estes são os 12 conselhos dos especialistas ouvidos pelo Observador.

Se trabalhar em hospitais ou com doentes, evite ir

Para quem trabalha “no contexto de prestação de cuidados de saúde” e está por isso “exposto a um maior risco de desenvolver a doença”, o ideal é mesmo evitar estes encontros familiares, aponta o presidente da Associação Nacional dos Médicos de Saúde Pública, Ricardo Mexia. “Devem tentar abster-se de contactos mais próximo com outras pessoas”.

Se tiver o mais leve sintoma, não vá

“Se alguém tiver uma pontinha de febre, tosse e andar a respirar” e “se alguém tiver qualquer sinal, por mais leve que seja, de infeção respiratória, não deve ir à reunião de família”, defende o infecciologista Jaime Nina. Os pais devem monitorizar as crianças e se estas estiverem “a espirrar, a tossir” ou constipadas, o contacto com outros deve ser evitado. O motivo é este: não se conhecem dados sobre a população infetada e assintomática em Portugal.

A julgar por dados internacionais, alguém não ter qualquer sintoma e ter sido infetado é “mais improvável”, mas a probabilidade de um infetado ter tido “poucos sintomas”, aos quais não atribuiu importância, já pode ser maior, explica o infeciologista Jaime Nina. Basta ver que no país que mais testes fez por milhão de habitante, Singapura, o número de casos detetados sem gravidade, ou com sintomas mais leves de doença, é ímpar (para quase 20 mil casos confirmados, só há 18 óbitos). Não há certezas, mas o número de pessoas com infeção e sintomas leves pode ser grande. “É fácil subestimar [a infeção]. Pode-se ter 37,2°C ou nem sequer ter febre e ter Covid-19”. Todo o cuidado é pouco.

Lavar as mãos mal se entra em casa

Aqui aplica-se o princípio geral a quem entra em casas: ao entrar, também (mas não só) para um almoço ou jantar em família, “deve-se higienizar as mãos”, explica Ricardo Mexia. É importante evitar “manusear objetos” ou superfícies quando se entra, antes da lavagem das mãos. A infeciologista Cláudia Conceição complementa: “É fundamental. As mãos podem ter mexido em corrimãos, nos botões do elevador, em outros objetos ou superfícies do exterior. Deve-se passar álcool nas mãos logo à entrada ou ir logo à casa de banho lavar as mãos”.

Deixar sapatos ou trocar de roupa? Mal não faz, mas...

A roupa de quem não trabalha em hospitais e de quem não está em ambientes com exposição à Covid-19 “tendencialmente não está contaminada, tal como os sapatos”, pelo que trocar de sapatos à entrada — ou trocar de roupa se habitar na casa em que a reunião familiar acontece — não é obrigatório. “É improvável que seja via de transmissão”, aponta Ricardo Mexia. Porém, “se puder haver cautela extra e se se puder deixar os sapatos à porta, melhor” — mal não faz. Jaime Nina subscreve: “A transmissão direta é, tanto quanto se sabe, muito pouco relevante” e a maior parte das infeções propaga-se “dentro de casa” e entre “familiares próximos” por “tosse, espirro ou fala”.

Máscara? Deve imperar o bom senso

Para o infeciologista Jaime Nina, “a coisa mais importante” é as reuniões familiares não incluírem ninguém que tenha qualquer sintoma de doença, por mais leve que seja. Se estiver alguém levemente constipado ou com alergias, algo que não deve acontecer idealmente, “é preciso usar sempre máscara”. Já Ricardo Mexia aponta:

“Na prática, a questão é: não podemos ter a máscara enquanto comemos. Temos de usá-la tanto quanto possível, sim. Se for possível, em casas ou espaços amplos, “manter a distância e reduzir o risco”, pode ser menos necessário. Sobretudo ao ar livre.

Manter a distância física, tanto quanto possível

O que tem sido recomendado de distância entre pessoas é, no mínimo, dois metros. “Agora, temos de pensar em quantas pessoas conseguem ter uma mesa suficientemente grande em sua casa para que cada elemento da família possa estar a dois metros de todos os outros”, lembra Ricardo Mexia.

E se for impossível manter distanciamento ideal? Ser-se criativo

Se for impossível manter os dois metros de distância que são recomendados como mínimo ideal, deve manter-se o máximo de distância possível e para a população de risco deve haver especial proteção: se necessário e possível, os mais velhos podem ficar a uma ponta e mais “isolados” à mesa, caso não seja possível manter todos os familiares sentados a dois metros uns dos outros. Ou, como admite Ricardo Mexia, colocar “os mais vulneráveis”, que à partida terão estado mais confinados nos dias anteriores, “num lado da mesa” e os outros “no outro”. A utilização de máscara e evitar o toque podem ser outras medidas a adotar quando se está perto de algum familiar que faça parte da população de risco. Porém, Jaime Nina lembra que o objetivo das reuniões de família passa por tentar “diminuir a distância”, pelo que é preciso avaliar caso a caso, até porque “a solidão é um problema grave em idosos” e em Wuhan “o número de suicídios de idosos disparou no período de confinamento”.

Se possível, no quintal ou terraço é (muito) melhor

Se for possível almoçar e jantar em família ao ar livre, é sempre preferível a fazê-lo numa sala de estar e em espaço fechado. “Se o tempo colaborar, ao ar livre é muito mais seguro”, explica Jaime Nina. Porquê? “Há sempre um bocadinho de vento, uma aragem, que dilui qualquer que vírus que uma pessoa que tenha um ataque de tosse mande para o ar”, desde logo. “O ar livre permite que, mesmo mediante um ataque de tosse, as partículas do vírus fiquem diluídas” — e é a quantidade grande de partículas que mais preocupa e origina infeções. Por outro lado, o sol e a radiação ultravioleta, “matam os vírus mais rapidamente”. Ricardo Mexia corrobora: “É preferível ao ar livre. É um ambiente mais ventilado, que é melhor do que um ambiente de espaços fechados”.

E se tiver de ser em espaço fechado? Haja ventilação

Se uma família não tiver um quintal e um terraço próprio e tiver de fazer o almoço ou jantar em família em espaço fechado, então a circulação de ar deve ser a máxima possível. “Manter uma boa ventilação ajuda a reduzir o risco”, lembra Ricardo Mexia.

Piquenique? Já não é tão boa ideia

Apesar de ser preferível que os almoços ou jantares de família aconteçam ao ar livre e não em espaços fechados, fazê-los em espaços públicos, como jardins, para quem não tiver um terraço ou um quintal, pode trazer problemas. “O espaço público tem sempre o problema de não se poder controlar outras pessoas externas. Há sempre a hipótese de poderem aparecer pessoas. O espaço público é mais difícil de controlar”.

Reduzir os contactos físicos pode atenuar riscos

Embora seja complicado gerir os contactos físicos em família, tentar ver se, “na medida do possível”, estes podem ser dispensados sem prejuízo grave para a saúde mental é recomendável. “Sempre que for possível só conversa, sem contacto físico, melhor. É complicado gerir e há que avaliar as situações. Normalmente não se organizam refeições de família assim. Mas é preciso um bom senso muito grande”, alerta a infeciologista Cláudia Conceição. Na prática: se puder não beijar ou abraçar os familiares e amigos que chegaram para o almoço ou jantar, é mais seguro para todos.

Quanto menos juntos à vez, menos arriscado

Para Cláudia Conceição, que considera jantares com familiares que não habitam no mesmo espaço “prematurados” nesta fase — algo que tendencialmente “não deveria acontecer nas próximas duas semanas” — há casos em que um membro da família poderá estar com problemas graves de solidão ou saúde mental que justificam exceções. Mas mesmo aí “escusa de ser a família toda ao mesmo tempo”, porque quanto menos pessoas estiverem juntas no mesmo espaço em simultâneo, menos riscos existem. Assim, o conselho é simples: se em vez de dez — como passou a ser permitido — puderem estar menos, tanto melhor.

Fonte: **Observador**

COVID-19: SEM MEDIDAS DE CONTENÇÃO TERIA HAVIDO MAIS MORTES E INTERNAMENTOS – BARÓMETRO ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA

Portugal teria registado mais mortes e mais internamentos entre 1 e 15 de abril se não houvesse medidas de contenção e mitigação, conclui o barómetro semanal da Escola Nacional de Saúde Pública, hoje divulgado.

Naquele período registaram-se, segundo os peritos da Escola da Universidade Nova de Lisboa, em documento enviado à Lusa, “442 óbitos por covid-19, menos 25% do previsto no mesmo período, sem as medidas de contenção e mitigação”.

A descida é ainda mais significativa no caso dos doentes em Unidades de Cuidados Intensivos (UCI): “Menos 53% do que seria de esperar”.

E os 1158 internados em hospitais representaram “menos 12% do que previsto”, referem.

Os casos notificados durante o mesmo período ficaram 23% abaixo dos quase 25 mil esperados, sem medidas de contenção e mitigação, acrescentam.

Os resultados observados “sugerem que as medidas de confinamento e isolamento social foram e estão a ser efetivas na redução da mortalidade e dos casos graves de covid-29”, observam os especialistas da Escola Nacional de Saúde Pública.

“Portugal atuou cedo”, voltaram a constatar, sublinhando que a população “aderiu de forma rápida e efetiva às medidas de contenção e mitigação decretadas pelo Governo, reduzindo a sua mobilidade efetiva para uma grande parte das atividades da vida diária, incluindo retalho e lazer (-83%), parques e afins (-80%) e

transportes (-79%)". O que não aconteceu em Itália nem no Reino Unido, compararam.

"Sugerimos que as medidas de contenção e mitigação adotadas pelas autoridades estarão a ser efetivas na redução da mortalidade e dos casos graves de covid-19, aqueles que requerem de internamento em UCI e mesmo no número de novos casos", conclui-se no documento.

Os especialistas consideram que é agora "altura de discutir as estratégias para a recuperação faseada da vida económica e social", mas protegendo do contágio "as pessoas com maior risco de terem doença grave e até morrer, nomeadamente as que têm mais de 70 anos ou têm comorbilidades debilitantes".

Além disso, "o sistema de vigilância epidemiológica tem de ser capaz de detetar precocemente um aumento de número de casos acima do nível esperado em cada semana, em cada município, ou mesmo por freguesia no caso de grandes municípios", aconselham.

"É também necessário iniciar o programa de testes serológicos, começando em populações específicas e alargando progressivamente a amostras representativas de diferentes populações, para seguir o estado imunitário da população", sustentam.

Na opinião da Escola Nacional de Saúde Pública, deve ser mantida "ativa uma reserva estratégica de pessoal e equipamentos" capaz de responder a um novo surto.

Os especialistas alertam que o impacto da alteração do estado de emergência para o estado de calamidade só poderá ser observável "depois de terem passado

mais do que 15 dias", mas adiantam que é possível "retirar algumas conclusões do aligeiramento das medidas efetuado noutros países", nomeadamente na República Checa, Áustria e Dinamarca.

Portugal contabiliza 1.074 mortos associados à covid-19, em 25.702 casos confirmados de infeção, segundo o último boletim diário da Direção-Geral da Saúde (DGS) sobre a pandemia.

Relativamente ao dia anterior, há mais 11 mortos (+1%) e mais 178 casos de infeção (+0,7%).

Das pessoas infetadas, 818 estão hospitalizadas, das quais 134 em unidades de cuidados intensivos, e o número de casos recuperados passou de 1.712 para 1.743.

Em relação à taxa de mortalidade, o Norte continua a ser a região com a taxa mais elevada, seguido de Lisboa e Vale do Tejo, refere a Escola Nacional de Saúde Pública. "Vários concelhos do Norte continuam a ser identificados como sendo áreas críticas: Porto, Santo Tirso, Paços de Ferreira, Felgueiras, Vila Nova de Famalicão, Vila do Conde, entre outros concelhos vizinhos", especifica.

Portugal entrou no domingo em situação de calamidade, depois de três períodos consecutivos em estado de emergência (desde 19 de março).

Esta nova fase de combate à covid-19 prevê o confinamento obrigatório para pessoas doentes e em vigilância ativa, o dever geral de recolhimento domiciliário e o uso obrigatório de máscaras ou viseiras em transportes públicos, serviços de atendimento ao público, escolas e estabelecimentos comerciais.

Fonte: **Agência Lusa**

REMDESIVIR JÁ PODE SER USADO EM PORTUGAL. SERÁ ESTE MEDICAMENTO EFICAZ CONTRA A COVID-19?

O que é o Remdesivir?

Desenvolvido pela farmacêutica norte-americana Gilead Science para combater originalmente o surto de ébola em África entre 2013 e 2016, o Remdesivir parece ser, em vários países, uma das grandes apostas contra a Covid-19. Este medicamento antiviral intravenoso de largo espectro (ou seja, que tem potencial para combater mais do que um vírus) ainda está em fase experimental, mas já teve autorização para ser utilizado em doentes mais graves nos Estados Unidos, caso os médicos assim o entendam.

Em Portugal, com regras diferentes de autorização, o medicamento também pode ser utilizado. Aliás, já houve pelo menos três pedidos de utilização autorizados e a Direção-Geral de Saúde (DGS) também já admitiu o seu uso nos hospitais portugueses.

Em 2016, quando os investigadores decidiram estudar a ação deste medicamento contra o ébola na República Democrática do Congo, comparando-o com mais três outros medicamentos, a expectativa quanto à sua eficácia era alta. Chegou a passar por testes in vitro (em laboratórios), mas depois não avançou para as outras fases dos ensaios clínicos. Afinal não se comprovou que o Remdesivir fazia muita diferença no aumento da taxa de sobrevivência ao ébola como outros medicamentos já usados. Apesar de ter sido determinado como tendo um perfil clínico seguro, o fármaco acabou por ser deixado na gaveta, continuando a ser apenas experimental.

Em fevereiro deste ano, no entanto, o medicamento voltou à mesa dos investigadores, desta vez para ser testado no combate ao SARS-CoV-2, o vírus que provoca a Covid-19. Não só porque já fora desenvolvido — e o tempo é um fator crucial no combate a uma pandemia —, mas também porque foi comprovada a eficácia do Remdesivir nos testes feitos em animais para tratar duas doenças causadas por outros coronavírus: a MERS (síndrome respiratória do Médio Oriente, em 2012) e a SARS (síndrome respiratória aguda grave, em 2002). Estes indicadores fizeram crer que teria também sucesso contra a Covid-19, algo que, contudo, ainda não está totalmente comprovado.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) considera que este medicamento é o “candidato mais promissor”, por ser um antiviral com um “espectro alargado” e pelos resultados alcançados até ao momento relativamente ao combate a outros coronavírus. Tendo em conta que o desenvolvimento de uma vacina contra a Covid-19 é bastante mais complexo, as esperanças de muitos investigadores estão centradas nos possíveis tratamentos para acelerar a recuperação. E o medicamento integra o “Solidarity”, um dos maiores ensaios clínicos em curso da OMS para combater o novo coronavírus.

Esta semana, os Estados Unidos, baseados no resultado dos últimos estudos, autorizaram o uso de emergência do Remdesivir para tratar doentes com Covid-19 que estão hospitalizados em estado grave, mesmo tendo em conta que o medicamento ainda está numa fase experimental.

Como funciona este medicamento?

Atualmente, e nos casos em que é administrado, este antiviral é injetado nos pacientes, ainda que a Gilead esteja também a analisar a hipótese de desenvolver formas de administração subcutânea ou inalada do medicamento. A farmacêutica ainda desconhece qual a dose ideal a administrar, mas a autorização que foi emitida no início deste mês pela Food and Drug Administration (FDA), nos Estados Unidos, sugere um tratamento diário até dez dias, dependendo da gravidade da doença e das considerações dos médicos, que devem analisar caso a caso.

E como atua este medicamento no nosso corpo? Por palavras mais simples, entrando dentro do genoma do próprio vírus e impedindo que ele se replique. “Os vírus não se multiplicam sozinhos, têm que entrar para dentro de uma célula e utilizam a célula para produzirem mais vírus”, explica a infectologista Ana Horta, acrescentando que quando o vírus entra dentro da célula “desfaz-se e fica só o seu material genético, que vai ser lido pela célula como se fosse material dela”.

O ataque ao vírus através do medicamento começa aqui: tendo em conta que a SARS-CoV-2 é um vírus de genoma ARN (ácido ribonucleico), o vírus duplica-se rapidamente quando chega às células através de uma enzima chamada polimerase, que se vai juntando ao ARN. O Remdesivir vai atuar como uma “cópia” de uma das componentes do ARN e, quando é administrado, acaba por desativar a enzima necessária para que o vírus se continue a replicar. “Este medicamento inibe a enzima do vírus que permite multiplicar o genoma. Entra dentro da célula,

só que não deixa que o vírus utilize a célula para se multiplicar”, acrescenta Ana Horta

O Remdesivir é eficaz no tratamento contra a Covid-19?

Não há certezas, mas também não é uma hipótese a descartar. O resultado contra outros coronavírus, os dados preliminares de alguns estudos e o uso com sucesso em alguns doentes fornecem bons indicadores e dão esperança na sua eficácia. No entanto, ainda é cedo para se retirar conclusões, uma vez que este medicamento ainda está a ser estudado, os ensaios clínicos ainda estão a decorrer e os que já têm algum tipo de resultados não são, para alguns investigadores, suficientemente robustos para concluir que este medicamento é eficaz no tratamento da Covid-19.

Remdesivir é considerada uma das moléculas promissoras no tratamento de COVID-19 tendo em conta o seu largo espectro antiviral (considerando as sequências genéticas do vírus, é expectável que mantenha atividade contra o SARS-CoV-2), a informação in vitro e in vivo disponível para os coronavírus, assim como a extensiva base de dados de segurança clínica (proveniente de ensaio clínico do vírus Ébola e no contexto do Monitored Emergency Use of Unregistered and Investigational Interventions –MEURI)”, refere o Infarmed.

A própria Gilead informa que apesar de o Remdesivir “ter tido sucesso nos testes in vitro and in vivo em animais contra a MERS e a SARS”, o medicamento “é experimental e não tem segurança ou eficácia confirmada para o tratamento de nenhuma doença”. “Há pouca informação sobre a segurança e eficácia da utilização do Remdesivir para tratar pessoas internadas com Covid-19”, alerta

também a Food and Drug Administration (FDA), acrescentando que o facto de um ensaio clínico norte-americano ter dado bons indicativos incentivou à sua aprovação para situações excepcionais.

À data, existem várias iniciativas que estão a decorrer, relativas a potenciais tratamentos da Covid-19. Contudo, à presente data e mediante os dados preliminares, nenhum medicamento se demonstrou ainda eficaz no tratamento da Covid-19”, referiu também o Infarmed num comunicado enviado a 31 de março.

Também a infecciologista Ana Horta refere ao Observador que “este fármaco ainda não tem o tempo de existência que permita dizer que seja eficaz”, ainda que os estudos feitos sobre ele já indiquem que produz algumas diferenças em determinados casos.

Fonte: **Observador**

MAIS DE 2.700 INFORMAÇÕES FALSAS DETETADAS POR DIA NAS REDES SOCIAIS NA EUROPA

A Comissão Europeia tem registado, diariamente, mais de 2.700 artigos com ‘fake news’ relacionadas com a covid-19 nas redes sociais, entre publicações falsas ou enganosas, divulgou hoje Bruxelas, alertando para a “elevada desinformação” na Europa sobre a pandemia.

“A Comissão identifica, diariamente, mais de 2.700 artigos com potencial desinformação relacionada com o novo coronavírus”, refere o executivo

comunitário num relatório hoje divulgado sobre as ‘fake news’ (notícias falsas) em altura de pandemia.

Tendo por base os “milhões de ‘posts’ [publicações] falsos ou enganosos” reportados pelas plataformas ‘online’ à Comissão Europeia, a instituição observa no documento (datado de final de abril) que “existe um potencial muito grande de desinformação a florescer”.

“A desinformação relacionada com o novo coronavírus, desde a propagação de esquemas perigosos e de informações enganosas sobre os cuidados de saúde, até à fraude para os consumidores, é prejudicial tanto para a saúde pública, como para os consumidores”, realça o executivo comunitário.

E precisa: “Alegações falsas de que ‘não ajuda lavar as mãos’ ou de que ‘o novo coronavírus é apenas um perigo para os idosos’ podem pôr vidas em perigo”.

Bruxelas adianta que a União Europeia (UE) e os seus Estados-membros “estão determinados a combater as ações de quem tenta explorar a crise para pôr em risco a vida dos cidadãos ou que espalham propaganda e narrativas de ódio”.

Estes dados foram transmitidos ao executivo comunitário por plataformas digitais como a Google, Facebook, Twitter, Microsoft e Mozilla, que se comprometeram no final de 2018 a combater a desinformação nas suas páginas, através da assinatura de um código de conduta contra as ‘fake news’, um mecanismo voluntário de autorregulação que nos últimos meses tem sido centrado na desinformação sobre a covid-19.

Também num relatório hoje divulgado, de acompanhamento deste código de conduta e referente a 2019, o Grupo de Reguladores Europeus dos Serviços de

Media Audiovisuais (ERGA) alerta para a necessidade de “proteger uma sociedade democrática que é ameaçada pela desinformação politicamente motivada”.

“A existência deste perigo é confirmada [...] pela abundância de falsas notícias, orientadas pelo lucro e/ou por objetivos políticos, que acompanharam o recente surto e a resposta à covid-19 em todas as plataformas disponíveis na Europa”, acrescenta a ERGA no seu relatório.

Referindo que “é necessário considerar a revisão do código de conduta”, nomeadamente de forma a incluir neste mecanismo todas as plataformas digitais existentes na Europa, a ERGA pede ainda à Comissão Europeia “uma mudança da atual abordagem autorreguladora flexível para uma abordagem mais correguladora”.

Reagindo ao relatório, a vice-presidente do executivo comunitário para os Valores e a Transparência, Věra Jourová, destaca em comunicado o “primeiro impacto positivo” do contacto entre Bruxelas e as plataformas.

Porém, Věra Jourová admitiu haver “muito a fazer”, pelo que remeteu mais medidas para o Plano de Ação para a Democracia Europeia, que será divulgado pela Comissão, ainda sem data.

Recentemente, o combate à desinformação na UE esteve em foco numa polémica relacionada com alegada cedência do Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE) a pressões da China.

A polémica surgiu com um artigo do jornal New York Times, na semana passada, segundo o qual o mais recente relatório do SEAE sobre ‘fake news’ foi alterado depois de pressões da China para que a linguagem fosse suavizada.

Negando esta cedência, a diplomacia europeia reagiu apontando a China como fonte de algumas das campanhas de desinformação promovidas no quadro da atual pandemia.

Fonte: **Agência Lusa**

PETER SLOTERDIJK. "O RETORNO À FUTILIDADE NÃO SERÁ FÁCIL"

Para o grande filósofo alemão, a necessidade de um "escudo universal para a humanidade" é evidente

Do outro lado do telefone, a voz de Peter Sloterdijk é nítida. O grande filósofo alemão explica que hoje não está muito bem, mas imediatamente inicia e lança as ideias que estruturam o novo universo da pandemia na sua cabeça. No centro, um conceito que já pensara e que agora assume um novo significado, o da comunidade, do compromisso individual orientado para a proteção mútua, que marcará a nova maneira de estar no mundo, segundo o autor de *Criticismo da Razão Cínica* e da trilogia de esferas. Sloterdijk não acha que o mundo se tenha tornado grande demais para nós, ou que chegou a hora do recuo para o espaço nacional. Pelo contrário, ele acredita que a pandemia evidenciou que a extrema interdependência exige "uma declaração geral de dependência universal".

A dimensão da pandemia paralisou e atordoou as sociedades. O que acontecerá quando acordarmos e o medo diminuir?

O mundo, na sua conceção como uma gigantesca esfera de consumo, baseia-se na produção coletiva de uma atmosfera de futilidade. Sem futilidade, não há público ou população que mostre inclinação para o consumo. Este elo entre a atmosfera fútil e o consumismo foi quebrado. Espera-se que a ligação volte a estar

ativada, mas vai ser difícil. Após uma perturbação tão grande, o regresso aos padrões de futilidade não será fácil.

Naquela esfera fútil, pensávamos que éramos capazes de controlar a natureza com tecnologia sofisticada, mas o vírus deixou-nos de joelhos. A nossa forma de estar no mundo mudará?

O problema é a atmosfera fútil e não termos apreendido nada de novo com essa pandemia. Se olharmos para a história das sociedades modernas, elas foram mergulhadas em surtos relativamente regulares, mas, no passado, as pessoas tendiam a voltar aos seus hábitos comuns de existência. O que é novo agora é que vemos que, devido à globalização, agora a interligação das vidas humanas na Terra é mais forte e precisamos de uma consciência partilhada de imunidade. A imunidade será a grande questão filosófica e política após a pandemia.

Como é que a ideia da proteção mútua se aplica neste contexto?

O conceito de co-imunidade implica aspetos de solidariedade biológica e coerência social e jurídica. Esta crise revela a necessidade de uma prática mais profunda do mutualismo: proteção mútua generalizada, como digo em “Tens de mudar a tua vida”.

A comunidade internacional parece caminhar na direção oposta. Atualmente, vemos mais concorrência do que cooperação.

Vejo que, no futuro, a competição pela imunidade deve ser substituída por uma nova conscientização da comunidade, pela necessidade de promover a co-imunidade, resultado da observação de que para a sobrevivência as nacionalidades e as civilizações são indiferentes.

Os países estão agora a fechar fronteiras e a centrar-se em si mesmos.

Sim, mas as fronteiras são para os vizinhos de ambos os lados. Não devemos interpretar mal. O bem-estar nacional da saúde também ajuda os vizinhos. Se controlarmos os nossos problemas de saúde, também ajudaremos nossos vizinhos e não devemos interpretar esse autoproteção como uma regressão nacionalista. Por outro lado, se todos forem cuidadosos nos seus territórios, darão um enorme contributo para os outros.

O Estado Nação ressurge com força no meio da emergência, mas, ao mesmo tempo, nunca dependemos tanto uns dos outros.

Nos últimos dois séculos, a maior preocupação das entidades políticas, dos estados-nação, girou em torno da independência. No futuro, precisamos de uma declaração geral de dependência universal; a ideia básica de comunidade. A necessidade de uma proteção universal para proteger todos os membros da comunidade humana deixou de ser utópica. A enorme interligação médica e científica em todo o mundo está a provar que já funciona.

As democracias estão em perigo ou as liberdades serão reabilitadas após estados de emergência?

Em todo o mundo, sublinha-se agora a necessidade de um estado forte, que é algo que acompanhará nossa existência por um longo período, porque surgem como os únicos disponíveis para resolver os problemas. Isto é complicado, porque pode interferir com os nossos valores democráticos. No futuro, uma tarefa para o público em geral e para a classe política será assegurar o regresso claro às nossas liberdades democráticas.

As forças populistas agora parecem fora de lugar, mas cresce o medo de se alimentar de frustração. Que impacto você acha que a pandemia terá no populismo?

Esses movimentos não são operacionais, têm atitudes impraticáveis, que expressam insatisfação, mas que não são capazes de resolver problemas. Acho que serão os perdedores desta crise. Ficará claro que não se pode esperar nenhuma ajuda deles.

Fonte: **El País**



OPINIÃO

AUTARQUIAS. “NÃO TENHO NECESSIDADE DE SABER SE O MEU VIZINHO TEM COVID-19”

Manuel Machado é aquilo que se pode chamar um “dinossauro” das autarquias. São já quase 40 anos desde que entrou como vereador na Câmara de Coimbra, onde em 1990 começou uma década à frente do município. Após um longo interregno, vive desde 2013 uma segunda vida no mundo autárquico. Nesse ano, este socialista assumiu também a presidência da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP).

Em entrevista à Renascença fala de todos os temas quentes que envolvem as autarquias e os presidentes de câmara em tempo de ataque à Covid-19, desde a proteção de dados dos doentes, à medição de temperaturas dos trabalhadores.

Machado comenta “com pinças” os embates entre os autarcas e a Direção-Geral da Saúde (DGS) durante a pandemia, e fala ainda do novo regime das polícias municipais neste contexto de coronavírus. Diz que as câmaras estão preparadas e têm meios para fiscalizar as regras do estado de calamidade.

O líder da ANMP quer pôr as autarquias a distribuir dinheiro pelas empresas e promete que as câmaras tudo vão fazer para não despedir os trabalhadores que têm contratos precários: “A não ser que haja um colapso financeiro”.

Esta segunda-feira, Portugal entrou numa nova fase no ataque ao coronavírus.

A ANMP está totalmente em linha com o Governo ou entende que há áreas da atividade económica local que poderiam e deveriam ser mais rapidamente abertas? Quais?

A situação que vivemos anteriormente foi uma situação excecional em regime democrático que foi cumprida no essencial com muito bons resultados. Esse trabalho deveu-se a todos os envolvidos não só da área da Saúde, do Governo, do Presidente da República, da Assembleia da República, mas também das autarquias e dos autarcas.

Cumprida essa etapa entrou-se naturalmente na fase de calamidade, que implica medidas extraordinárias, muito próximas da situação anterior, mas com algumas

mitigações. Neste momento, as nossas cidades estão a renascer das cinzas e a vida socioeconómica tem de ser retomada.

A ANMP tem acompanhado todo o processo e ainda ontem [segunda-feira] tivemos uma reunião para fazer o ponto de situação. Neste período além da saúde individual, a saúde pública e a saúde da economia são importantes. Nós estamos disponíveis para partilhar outro estágio de cooperação ativa para que o mais rapidamente possível esta situação seja debelada.

Não me respondeu se acha que a cronologia de reabertura determinada pelo Governo tem o apoio dos municípios...

Nós participámos nas reuniões técnicas, com os ministros, o Infarmed, e o acompanhamento deste processo foi feito com o maior número de informações técnicas de suporte. Estamos a aprender todos os dias. A nossa postura é positiva e somos parte da solução. Queremos que as coisas sejam resolvidas o mais depressa possível, mas não dá para determinar o “dia D”.

Esta é uma postura sensata. O pior que podia acontecer era haver uma regressão devido ao acelerar da pandemia. Agora é o tempo da construção de soluções. Quando o interesse é coletivo, a saúde pública, a nossa disponibilidade é total.

Disse recentemente que os municípios estão disponíveis para ajudar a fazer chegar apoios às empresas. Como é que isso pode ser feito na prática?

Pode ser feito por diploma legal compatível, que dê aos municípios poderes específicos, para ajudar os serviços do Estado – que podem não ter capacidade de resposta suficientemente rápida.

Essas matérias estão a ser analisadas e vão evoluindo à medida que os serviços desconcentrados da administração central do Estado se vão reanimando. Não é uma coisa fácil, ouvimos queixas de vários agentes económicos que têm fundamento e razão de ser mas, nos últimos dois dias, as coisas melhoraram de forma significativa. Continuamos com disponibilidade para partilhar, e propor soluções.

Mas como podiam ser distribuídas essas verbas às empresas em termos práticos?

Uma boa parte dos municípios portugueses têm gabinetes de apoio ao investidor ou o equivalente. Há depois situações muito diferentes desde o desemprego, ao lay-off, ou empresas que estão capazes de reativar todo o dinamismo da sua atividade normal. Estamos no terreno, temos profissionais muito competentes, e estamos disponíveis para fazer mais esse caminho.

A associação de empresários dos restaurantes e dos hotéis, a AHRESP, pede às autarquias facilidades no licenciamento de esplanadas porque o ar livre poderá ser uma melhor forma de a atividade se poder desenvolver. Pensam em tomar iniciativas neste sentido?

Tendo em conta as notícias que têm vindo a ser publicadas, desde 10 de março que uma boa parte das autarquias tomou medidas para que as atividades não claudiquem: no preço da água, manutenção dos transportes públicos sem agravar o preço, e isenção das taxas que inclui a restauração.

A questão das esplanadas em alguns sítios já foi decidida, e em outros será analisado. Estamos num processo gradual da retoma da atividade económica.

Imagino que os meus pares estejam disponíveis para alinhar nesse tipo de soluções.

Mas vão favorecer o licenciamento das esplanadas e facilitá-lo?

É um caminho. Como presidente da Câmara de Coimbra já adotámos essas medidas.

Quando foi recebido pelo Presidente da República alertou para os problemas de comunicação ao nível do Estado e da forma como a burocracia pode estar a atrapalhar o combate às consequências do surto. O que quis dizer em concreto e pode ilustrá-lo com situações concretas?

A cooperação a nível local consegue-se, as pessoas conhecem-se. Mas nem sempre há interpretações homogéneas. Agora melhorou, a cooperação entre organismos do Estado não era evidente e geravam-se entropias, que bloqueavam a adoção de soluções com a celeridade que uma situação de emergência determinava. As coisas têm vindo a melhorar, e têm surgido secretários de Estado a coordenar esses serviços públicos.

A disponibilidade para melhorar é importantíssima, e engana-se quem pensa que sabe tudo, conhece tudo, e é capaz de tudo. A solução melhor é a construção de resultados através da cooperação ativa.

Ao início houve a necessidade de articulação ao nível das administrações regionais de saúde (ARS) com as autoridades de saúde, e o delegado de saúde, e isso foi resolvido a bem. A coordenação com os hospitais, e com os serviços de saúde hospitalares conseguiu-se progressivamente.

Na nova fase em que estamos, o estado de calamidade, que papel terão as câmaras na fiscalização das regras. Têm forma e os meios para o garantir?

No essencial têm. As autarquias e a articulação com as juntas de freguesia – que têm feito um trabalho notável, um trabalho de formiguinha que ninguém dá por ela e que inclui o voluntariado. Tudo isto tem feito um caminho construtivo e é uma lição importante para a vida em democracia. As coisas têm funcionado. As pessoas têm sido socorridas.

Nós estamos a preparar a época dos fogos, que é extremamente trabalhosa. Ainda não saímos de uma e já estamos a preparar a época seguinte com o reajustamento do calendário, como é natural. A limpeza das florestas não pode ser feita com a mesma dinâmica, em estado de emergência. Os particulares ainda podem avançar para as limpezas, mas já estamos a preparar todo o dispositivo para termos capacidade de resposta em estado de prontidão.

A Polícia Municipal passa a poder realizar ações de fiscalização sem a autorização prévia da autarquia, requisito que era até aqui necessário. O que pensa desta mudança que retira poderes às câmaras?

Penso que há um mal-entendido de comunicação e não dos jornalistas, eventualmente de quem fez a afirmação inicial que devia conhecer melhor os estatutos próprios das câmaras municipais. Nem todas as autarquias têm polícias municipais, mas onde elas existem são serviços em que há uma hierarquia interna de comando, têm uma liderança, um comandante, e que obedece às regras de direção superior do presidente da Câmara. Não estamos no espaço de requisição

civil. As polícias municipais operam sob a supervisão de quem de direito enquanto serviço municipal.

Então qual foi o erro de comunicação?

Autorização é a expressão menos adequada que foi usada. Trata-se de um serviço público municipal que tem uma hierarquia de comando que vai até ao presidente da Câmara. Tem uma estratégia de atuação. Em Coimbra, por exemplo têm funções a cumprir que acertei com o comandante. Elas não são braços armados dos municípios.

Continua a ter de haver uma autorização do presidente da autarquia?

A Proteção Civil tem de se relacionar com o presidente de Câmara que dissemina a mensagem pelos caminhos e pelos serviços próprios.

As câmaras não vão ficar com menos poder?

Não, não é uma questão de poderio. A questão é de eficácia de intervenção. A Constituição define as regras do jogo e as leis. Estamos num Estado de Direito que não foi suspenso pelo estado de emergência ou o estado de calamidade.

Concorda com a opção de algumas autarquias em divulgar os nomes e as moradas de algumas pessoas infetadas com Covid-19, entre os quais estavam nomes de crianças?

Desde 10 de março que a ANMP fez mensagem para a necessidade de se ter cuidados nas informações que são tornadas públicas. Há direito de reserva, há a proteção individual e procedimentos que têm de ser muito cuidados. No pico da pandemia pode ter havido um ou outro ato menos adequado. Tenho a certeza de que não foi feito de má-fé. Pode-se ter gerado uma situação de pânico como a

que se gerou nos escassos dias em que a situação teve um agravamento brusco.

Mas no essencial as coisas ficaram bem resolvidas.

A questão não é o trabalho das autarquias, mas de quem é que forneceu, se é que forneceu, esses dados aos autarcas e às autarquias. E também não acho que o tenha feito com outro objetivo que não o de localizar o mais depressa possível situações de risco e de contágio.

Essa vontade põe em causa direitos dos cidadãos, que podem levar a casos de perseguição e discriminação...

Claro, mas não há notícia no nosso país de qualquer incidente dessa natureza e isso é muito bom. As pessoas confiaram. É outra forma de tratar, enquanto não houver vacina a gestão da coisa pública gerar confiança. Um ou outro incidente que possa ter acontecido não foi generalizado.

Então censura quem o fez?

Não tenho de censurar. Cada um dos meus pares tem um estatuto próprio e autónomo. A associação não tutela os municípios. Procura pela mensagem dar um conjunto de boas práticas e disseminá-las, apesar de alguns criticarem como é público.

Aquilo que aconteceu, se é que aconteceu, pode ter resultado do pânico e do medo para acelerar as soluções de confinamento. Veja-se a situação que ocorreu nos lares, foram os autarcas que estiveram na primeira linha, cada qual ao seu modo: uns são de maior visibilidade pública e outros menos, mas não é isso que nos mede na nossa conduta.

Nós prestamos contas, não estamos a regatear o enorme esforço financeiro, e humano, isso agora não é importante. Haverá tempo para essa contabilidade.

Numa das intervenções públicas que fez disse que “temos de confiar nas instituições do Estado, a Direcção-Geral da Saúde (DGS) tem um papel insubstituível, não tenho razões para duvidar”. Acha que a quantidade de autarcas que criticou as entidades públicas ajudou a reforçar a confiança das populações nas instituições?

Afirmar e reafirmar, é mesmo necessário seguir este caminho. Eu próprio, em determinadas circunstâncias, emiti juízos mais desconfortados sobre o que estava a acontecer em determinadas áreas de intervenção dos serviços do Estado central. Resolvido isso, estamos noutra patamar. No início as coisas começaram com alguma insuficiência de resposta atempada, com uma menos adequada preparação e articulação entre vários serviços.

Não está a responder à minha questão, acha que quando um presidente de Câmara de uma cidade importante, como o Porto,- e isto só para dar um dos vários exemplos que aconteceram,- diz que não reconhece autoridade e não segue o que a DGS diz, isso reforça a confiança a que apela que todos devemos ter nas instituições?

É verdade que no arranque houve alguma desconformidade de números, porque o esquema de recolha de informação estatística não estava perfeito, foi corrigido e criámos um espaço de confiança acrescido.

O espírito tem de ser o de que não sabemos tudo, mas podemos muito. Isso é o essencial. Críticas localizadas aqui e ali, em cada município o presidente da Câmara tem a percepção do que na sua terra ocorre.

Sim, mas essas discrepâncias de números justificam o conteúdo das críticas. E as críticas que ouvimos preservam as instituições?

Qualquer pessoa tem picos de tensão arterial ou de preocupação que só o próprio conhece e só o próprio pode explicar. Eu continuo a afirmar que é indispensável haver confiança nas instituições, na sua capacidade/obrigação de cumprir a missão que a lei lhe confere, e fazê-lo com eficácia e experiência.

Não tenho nenhuma razão para duvidar da DGS, das ARS, mesmo quando as coisas não correm com a celeridade que desejaríamos. Mas encontrada a resposta, a preocupação é com o que vem a seguir e tentar debelá-lo e mitigá-lo, ou evitar que ocorra.

As críticas localizadas são compreensíveis pelo estado de necessidade e angústia vivido, mas nada mais do que isso. As coisas estão a funcionar bem no todo nacional, mas isso não quer dizer que não haja dificuldades pontuais e que tudo seja um mar de rosas, porque não está.

O Ministério da Saúde proibiu a meio do mês as câmaras e instituições locais de divulgar o boletim epidemiológico municipal para a Covid-19, devendo restringir-se aos dados disponibilizados pela DGS. Isso mereceu a crítica de vários autarcas, qual a sua opinião?

Pois, querer impor condicionantes dessa natureza aos autarcas é missão impossível. Não vale a pena. Os autarcas são pessoas responsáveis, estão cientes

das suas responsabilidades, atribuições e obrigações e, portanto, não abdicam desse direito. Se a gestão pública desse descontentamento pode ser doseada, eu diria que era melhor.

Está então desconfortável com essa proibição?

Tentei inteirar-me da razão por que isso ocorria. Houve um período no arranque em que havia uma diversidade grande de números porque não estava clara a recolha estatística para dados que a DGS precisa. Havia discrepância de números. Resolvida a questão com a sistematização, com rigor científico das amostras, os autarcas não voltaram a pôr questões sob a matéria. Os boletins epidemiológicos são de enorme importância e são confiáveis. Continuo a apelar que se confie. Se houver uma violação grave dessa regra, obviamente serei o primeiro a denunciar.

Portanto, neste momento, não há razão para as autarquias publicarem boletins?

Não há razão para isso. Errar é humano, errar deliberadamente é que não é aceitável.

Foi noticiado que as autarquias querem ter conhecimento da lista das pessoas obrigadas a ficar em confinamento devido à Covid-19. Concorda?

Há muitas notícias, mas eu quero deixar claro que a identidade e a morada das pessoas são direitos de reserva pessoal. Há autoridades do Estado que têm essa missão, incluindo as forças de segurança. É por aí que devem circular as informações. Não tenho necessidade de saber se o meu vizinho tem Covid-19.

Portanto, é contra....

Não é de todo uma necessidade. Em Coimbra, o delegado de Saúde reporta à ARS e ao presidente da Câmara as situações anormais que ocorreram no “sítio x”, e que é preciso resolver. É assim que tem funcionado, e tem funcionado bem.

A Comissão de Proteção de Dados diz que o Governo está a cometer um disparate jurídico ao permitir a medição da temperatura dos trabalhadores. Classifica a norma “toda ela como uma infelicidade e desprovida de qualquer proteção dos trabalhadores”. Qual a opinião das autarquias? Estão já a aplicar esta lei?

O que estamos a fazer é por ato voluntário, nesta nova etapa em que a questão se pode suscitar. As pessoas estão a regressar ao trabalho, o número dos que estão em teletrabalho é menor incluindo funcionários municipais. O que está a ocorrer é a adesão voluntária à medição da temperatura. Não tenho nenhum interesse em medir a temperatura de cada funcionário da câmara. São milhares. Não interessa de todo. A Câmara Municipal tem um serviço de medicina no trabalho, que tem como missão em que caso de necessidade enviar os trabalhadores para confinamento, para o hospital, para tratamento. É trabalho médico, como presidente da Câmara não é a minha missão saber disso.

Mas preciso de saber, semanalmente, quantos funcionários é que temos impedidos de trabalhar.

Não cumprirá....

A resolução do Conselho de Ministros permite que isso se faça, mas não é de forma coerciva. É por adesão voluntária, as pessoas são responsáveis, são crescidas, são servidores públicos com capacidade. As pessoas não querem estar confinadas,

regra geral, querem trabalhar e para isso têm de ter equipamento de proteção individual e devem poder, em querendo, medir a temperatura.

A meu ver não pode haver. Isso é um dos excessos que ocorrem em tempos de catástrofes, de pandemia, em que se procura a solução. Por exemplo, eu deparei-me, num serviço determinado do município de Coimbra, com um respetivo chefe que havia dado ordem para isso se fazer.

Fui informado e dei ordem para se suspender de imediato. Até porque qual é o feito de recolher a temperatura para um não médico, isto porque um autarca – mesmo os licenciados em medicina – não estão na função de médico. Imagine que há uma pessoa que tem 37,1º C, o que é que lhe faz? O autarca não pode ter atos médicos. A única coisa que com humildade pode dizer é: “Meu amigo vá ao hospital”. Não pode ir mais longe do que isso, não posso impedir uma pessoa de trabalhar porque está com febre.

Esse diretor de serviço estava a obrigar os trabalhadores a medir a febre....

Sim, à entrada e à saída do serviço. Ele pensou que estava a fazer bem. E quando eu lhe disse “meu caro amigo não pode fazer isso, suspenda imediatamente”, ficou resolvido.

Vai ser possível os municípios portugueses passarem esta crise sem terem de não renovar os contratos dos trabalhadores que têm com vínculos temporários?

Esse levantamento a nível nacional não está feito. O meu interesse como autarca é que todos os que estão com contrato precário pudessem entrar para o quadro para que tivessem a autoestima e a confiança, e também melhorar as respostas dos serviços públicos municipais. Temos vindo a trabalhar com o Governo em

medidas legislativas que possibilitem isso. Queremos dentro das regras de contratação da Função Pública aproveitar a vontade de trabalhar e de produzir.

Essa é uma preocupação dos autarcas?

Sinto isso na generalidade. Mas a minha perceção é a de que não haverá despedimentos na administração local, salvo se houver uma desgraça pandémica de colapso financeiro. Como as autarquias têm gerado “superavits” e feito poupanças, estão em geral de boa saúde. Mesmo as autarquias que caíram no Fundo de Apoio Municipal (FAM) estão com capacidade de resposta para o impacto financeiro que estas operações acarretam sempre. Queremos chegar ao verão para respirarmos melhor, e de forma mais confiável.

Com as escolas paradas e a economia em crise, muitas crianças vão chegar às escolas no próximo ano em condições muito precárias. As autarquias vão reforçar o investimento nos estabelecimentos de ensino no próximo ano?

Isso já está a acontecer. Desde março que as refeições escolares estão a ser mantidas, em regime de take-away. Foi reajustado em escassas horas. Uma boa parte das autarquias comprou computadores e tablets, e acesso à internet para os que não possam, não fiquem para trás. Os transportes escolares estão progressivamente a ser reativados. É um desafio. Por todo o país este vai ser um setor especialmente bem acarinhado pelos autarcas.

As autarquias têm luz verde, ao abrigo da renovação do estado de emergência, para se endividarem, se necessário, nas respostas a despesas com apoios sociais, equipamentos e todas as medidas inseridas no combate à covid-19. Há um limite?

Formalmente não está fixado esse limite. Será feito em medida da necessidade e do bom senso. As autarquias viveram não há muito tempo uma situação difícil, quando foi necessário criar o Fundo de Emergência Municipal para criar o socorro de autarquias que estavam em situações graves de insolvência e falência financeira. Foi uma vacina que tomamos.

Seria desejável que houvesse a abertura dos fundos europeus que terão de ser reprogramados inevitavelmente. As autarquias são parte interessada e necessitada desse tipo de atenção.

Isso não poderá levar a casos de sobreenviamento...

Estamos conscientes desse risco. Por similitude, há cinco anos perante a situação grave das finanças autárquicas a ANMP debateu o problema, e foi feito o desafio de gerar superávits para o ano seguinte. Houve comentadores que gozaram com essa afirmação. Chamaram-nos de esbanjadores, coisas que fazem para vilipendiar o trabalho de quem está sempre na linha de combate.

Mas a ANMP determinou que esse era um objetivo político e conseguiu-se mesmo gerar superavit, para enfrentar situações como estas.

Fonte: **Rádio Renascença**

